

A QUESTÃO DA ÁGUA NO SEMIÁRIDO E OS DESAFIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR: CONTEXTOS DO BAIXO ALENTEJO (PORTUGAL) E SUDOESTE BAIANO (BRASIL)

Mateus Costa Santos¹
José Eloízio da Costa²
Luís Manuel Costa Moreno³

RESUMO

Este estudo tem o objetivo de analisar as similaridades, fragilidades, diferenças e potencialidades no que diz respeito à questão da água em Portugal e Brasil, sobretudo nas unidades territoriais do Baixo Alentejo e no Território Sudoeste Baiano, respectivamente, sob o contexto das políticas públicas direcionadas aos espaços rurais dentro dos prenúncios das mudanças climáticas. À luz dos procedimentos metodológicos, estabeleceu-se por meio do estágio de investigação no exterior, contato à rede de pesquisadores do Instituto de Geografia e Ordenamento do Território (IGOT), e grupos de trabalho que realizam estudos sobre esse temário e vertentes correlatas em Portugal, busca pela literatura proveniente das bases teóricas que referenciam os contextos de estudo, tanto brasileiras, quanto portuguesas, dados secundários disponíveis nos *sites* das plataformas do: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), do Instituto Nacional de Estatística (INE), principalmente, e o recurso a trabalho de campo para realizar entrevistas e fotografias da materialidade espacial. Ao estudar as mencionadas regiões com características geoambientais próximas, é possível destacar algumas cambiantes com relação às políticas hídricas, investimentos e subsídios, ocupação territorial e as dificuldades encontradas no contexto climático.

Palavras-chave: Água, Agricultura Familiar, Semiárido, Baixo Alentejo, Sudoeste Baiano.

ABSTRACT

This study has the objective of analyzing the similarities, weaknesses, differences, and potentialities regarding the issue of water in Portugal and Brazil, especially in the territorial units of Baixo Alentejo and the Território Sudoeste Baiano (TSB), respectively, under the context of public policies aimed at spaces rural areas within the harbingers of climate change. In light of the methodological procedures, through the research internship abroad, contact was established within the network of researchers at the Institute of Geography and Spatial Planning (IGOT, University of Lisbon), and working groups that carry out studies on this topic and related aspects in Portugal, search for literature originating from theoretical bases that reference the study contexts, both Brazilian and Portuguese, secondary data available on the platform websites of both the *Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística* (IBGE) and the *Instituto Nacional de Estatística* (INE), mainly, and going to fieldwork to conduct interviews and get photographs of spatial materiality. When studying the aforementioned regions with similar geoenvironmental characteristics, it is possible to highlight some nuances regarding water policies, investments and subsidies for territorial occupation, and the difficulties encountered in the climate context.

¹ Doutorando em Geografia na Universidade Federal de Sergipe - UFS, membro do Grupo de Pesquisa sobre Transformações no Mundo Rural (GEPRU), mcsantos31@academico.ufs.br;

² Professor Doutor do Departamento de Geografia da Universidade Federal de Sergipe - UFS, coordenador do Grupo de Pesquisa sobre Transformações no Mundo Rural (GEPRU), eloziocosta@academico.ufs.br;

³ Professor Doutor do Instituto de Geografia e Ordenamento do Território – IGOT, da Universidade de Lisboa - ULisboa, luis.moreno@edu.ulisboa.pt;

INTRODUÇÃO

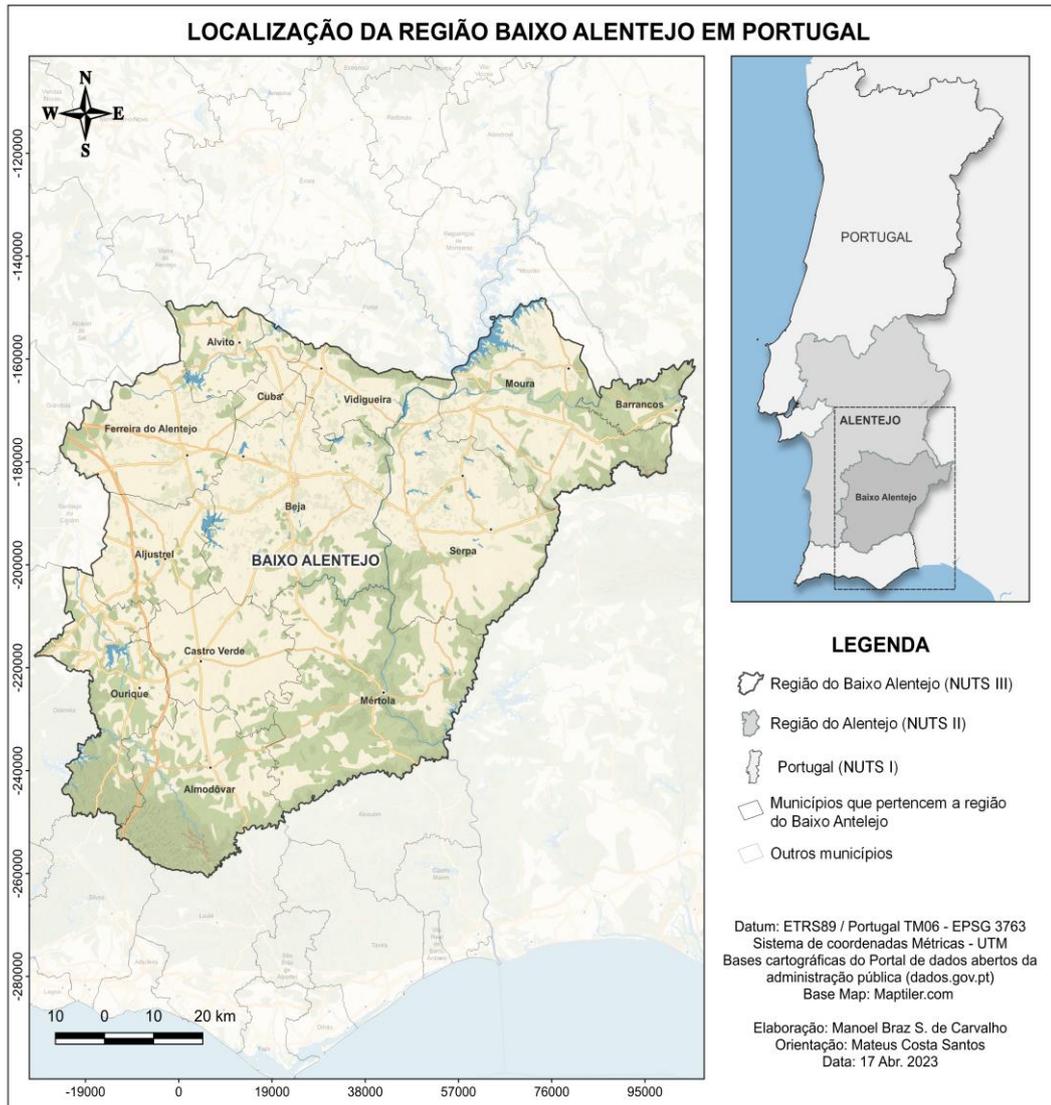
O objetivo desse estudo versa sobre as similaridades, diferenças, fragilidades e potencialidades presentes nas formas de acesso à água e nas configurações da agricultura familiar em áreas de clima semiárido do Território Sudeste Baiano (TSB) no Brasil e do Baixo Alentejo em Portugal. Inicialmente, não se trata de um estudo comparativo, embora haja níveis de confrontação possíveis, mas é trazido à tona perspectivas para a análise da distribuição e acesso à água com inspiração nas duas realidades, uma brasileira e outra portuguesa/ europeia por meio das diferentes condições e respostas dos domínios público e privado face às restrições ambientais, das políticas sociais de cunho agrícola e voltadas para o acesso à água em espaços rurais.

A espacialização dos ambientes estudados é necessária para conhecer os territórios e veicular as formas de ocupação, as características geoambientais que configuram as demandas por águas tendo em conta as condições naturais e socioeconômicas existentes, tanto no Alentejo português, como no Sudoeste Baiano no Brasil. Portugal é um país europeu localizado na Península Ibérica e tem uma população, segundo o censo demográfico de 2021, de 10,5 milhões de habitantes. O Brasil, por sua vez, está localizado na América do Sul e possui uma população de aproximadamente 203 milhões de pessoas em 2023, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

São países que possuem dinâmica singular; todavia aqui há que trazer aspectos no que diz respeito ao processo de disponibilidade, captação e uso da água, sobretudo em espaços rurais, em regiões específicas de cada um. O Alentejo é uma região portuguesa com a população de 704.533 habitantes distribuídos nas cinco sub-regiões (Alto Alentejo, Alentejo Central, Alentejo Litoral, Baixo Alentejo e Lezíria do Tejo), e possui 58 municípios, 299 freguesias e 21 cidades (INE, 2021). Possui uma extensão territorial de 31.603 Km² e a densidade demográfica de 22,3 hab/km². Nesse tópico, em específico, trazemos a discussão da situação da unidade territorial portuguesa chamada Baixo Alentejo, localizada no centro-sul do país (Mapa 1).



Mapa 1: Localização do Baixo Alentejo em Portugal, 2023

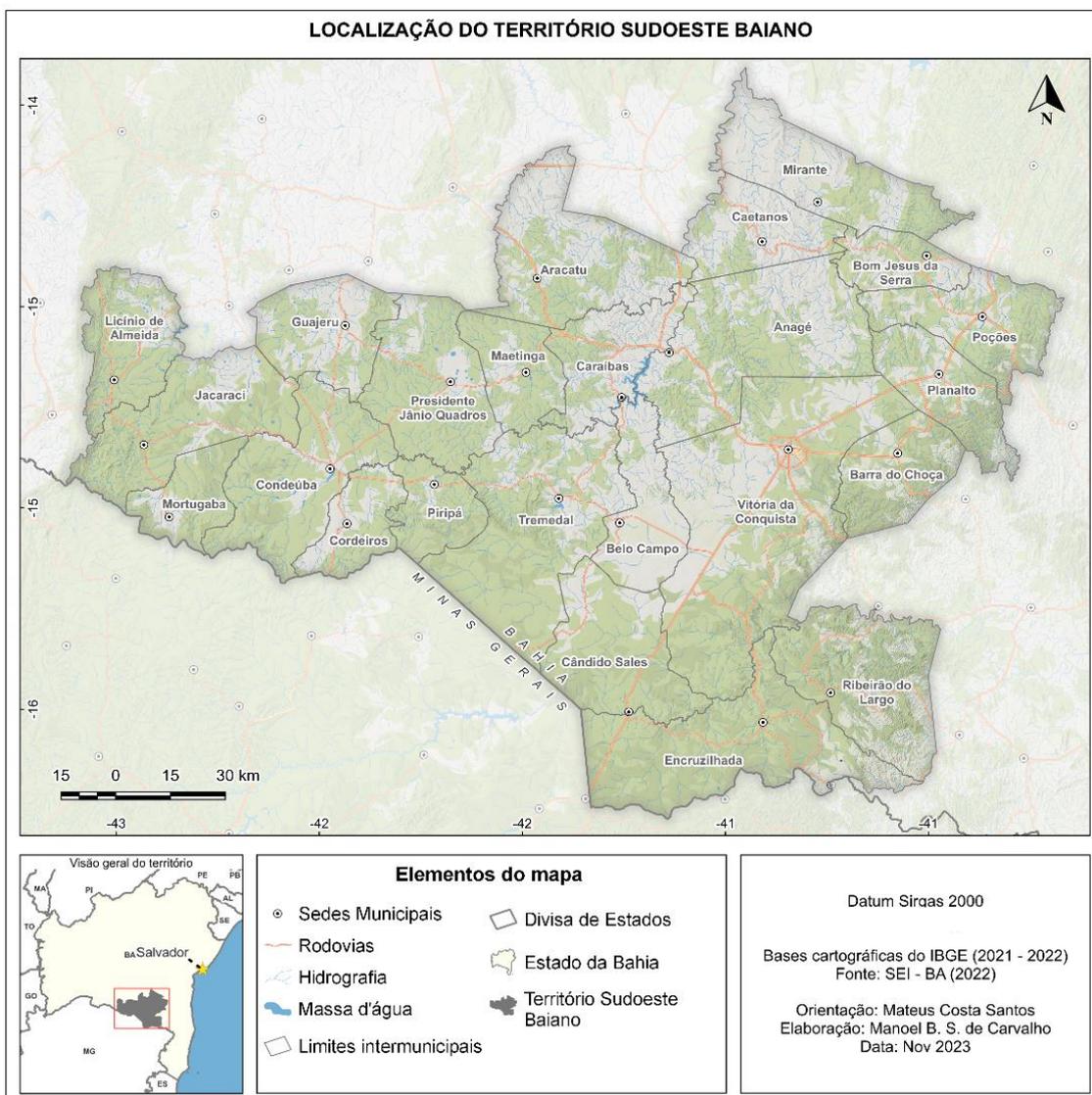


Fonte: Autores, 2023.

O Sudoeste Baiano, por sua vez, faz parte de uma regionalização do estado da Bahia, que divide a unidade da federação em 27 territórios de planejamento, e um deles é o território em tela com a composição de 24 municípios. Segundo a Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais (SEI, 2021), a população total é constituída por 746.942 habitantes, a quarta maior população entre os territórios baianos, sendo que 35% são rurais e 65% são urbanos. A densidade demográfica é de, 27,4 hab./km² numa abrangência territorial de 27.275 Km². O Território Sudoeste Baiano (TSB) pode ser visualizado no mapa 2.



Mapa 2: Localização do Território Sudoeste Baiano, 2019



Fonte: Autores, 2023.

A escolha das áreas de estudo é fundamentada nas condições ambientais que ambos os territórios possuem frente às demandas por água e seu uso para o consumo humano direto e indireto (na agricultura familiar e outras atividades), da mesma maneira como a atuação do Estado tem se efetivado no âmbito das políticas públicas hídricas e frente às mudanças climáticas.

Com relação aos recursos metodológicos, utilizamos bases teóricas das áreas em estudo (análise ambiental, agricultura familiar, recursos hídricos, acesso à água, mudanças climáticas e políticas públicas), junto às plataformas de dados disponíveis nos *sites* oficiais do Brasil e de Portugal. Visitas aos casos de estudos com o uso de entrevistas semiestruturadas e registros

fotográficos também fazem parte da exploração. Dessa forma, as informações obtidas foram tratadas e interpretadas, consubstanciando a dimensão analítica do trabalho.

Os resultados são mencionados por meio de experiências vivenciadas durante um período de investigação no exterior e coletadas no processo de investigação da tese no Brasil. Neste preâmbulo, a fim de contribuir para o debate, são elencadas algumas análises que têm apoiado na condução da pesquisa, sobretudo na compreensão da situação da água em Portugal, no Baixo Alentejo, assim como resultados em nível brasileiro, observados no Sudoeste Baiano.

METODOLOGIA

O cenário de análise foi marcado pela viabilidade de investigação *in loco* das realidades mencionadas, por meio do financiamento via CNPq (Bolsa de Doutorado Sanduíche) num período de seis meses de 2023. À luz dos procedimentos metodológicos, inicialmente estabeleceu-se contato à rede de pesquisadores do Instituto de Geografia e Ordenamento do Território (IGOT, Universidade de Lisboa), das organizações civis e grupos de trabalho que realizam estudos sobre esse temário e vertentes correlatas em Portugal. Ademais, foram realizadas reuniões em grupos de pesquisa sobre as estratégias para o semiárido alentejano, bem como busca pela literatura proveniente das bases teóricas que referenciam os contextos de estudo, tanto brasileiras quanto portuguesas (CASIMIRO, 1993; RODRIGO, 2009; SANTOS, 2020; CORTEGANO, 2021).

Foram utilizados também dados secundários disponíveis nos *sites* das plataformas do: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), do Instituto Nacional de Estatística (INE) e da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais (SEI). A ida aos locais de estudo foi primordial para as discussões propostas e, nesse âmbito, foram realizadas entrevistas e utilizados recursos fotográficos para capturar os fenômenos observados e posterior análise das condições territoriais. O Alentejo, mais precisamente no Baixo Alentejo, uma sub-região, foi o foco da pesquisa em Portugal por conter fenômenos geoambientais muito próximos com a realidade brasileira, sobretudo na região semiárida do Sudoeste Baiano.

No que diz respeito a coleta de dados no ambiente brasileiro, tem-se processado por meio das atribuições próprias da pesquisa de tese de doutoramento. Nela, são coletadas informações sobre as políticas públicas de água e suas urgências no espaço rural voltadas para a agricultura familiar, como também o processo de acesso à água pela população rural do TSB.

DISCUSSÃO E RESULTADOS

A discussão proposta aqui configura resultados prévios a respeito dos estudos em curso.

Sobre a questão da água, o quadro restritivo e o crescimento do consumo hídrico no planeta são aspectos correlatos às inquietações que estão presentes nas realidades pesquisadas, pois a falta ou o insuficiente acesso à água tornam-se determinantes para o desenvolvimento do espaço rural. A escolha dessas áreas se deve pelo primordial motivo das configurações do acesso à água nesses espaços tendo em vista similaridades geoambientais correspondentes ao clima, à condição hídrica, seja na forma superficial ou subterrânea, sua desigual distribuição no espaço e tempo e seu acesso à população (RODRIGO, 2009).

O clima semiárido, presente no Brasil, corresponde a 18% do território nacional com uma população residente de aproximadamente 25 milhões de habitantes e que convivem em tais condições ambientais que influenciam no modo de vida das pessoas, a exemplo da precipitação média de 600 milímetros (IBGE, 2022). A presença do Estado na tentativa de amenizar as cambiantes socioambientais causadas pelo fator climático é secular e propiciou contradições oriundas do processo de dominação do território e, por conseguinte, da concentração da água. As organizações da sociedade civil tiveram e ainda possuem um papel importante na temática da convivência com o Semiárido, na proposição de tecnologias e soluções societárias que permitem o armazenamento da água durante o período de precipitação para sua utilização pelas famílias rurais na estação seca (SANTOS, 2020).

No Alentejo, há o predomínio do clima mediterrâneo, temperado pela ação marítima da circulação atmosférica de oeste (oceano atlântico), com o verão quente e seco e chuvas no inverno (CASIMIRO, 1993). No Baixo Alentejo, a desigual distribuição da precipitação e uma forte irregularidade interanual, com pluviosidade inferior a 570 milímetros, têm feito evidenciar no último século secas severas e de longa duração, o que afeta todo o território, e as estimativas apontam para uma redução de 40% a 60% da precipitação anual em 2100 (RODRIGO, 2009). Cortegano *et al.* (2021) vão mais a fundo ao colocar, em algumas áreas, como é o caso de Mértola, um cenário de clima árido e as projeções apontadas indicam que, com o agravamento das condições climáticas, há uma acentuada diminuição da precipitação de 483 mm em 2010 para 288 mm em 2100.

A situação de vulnerabilidade por conta da água traz limitações às atividades socioeconômicas, sobretudo na agricultura afetada pelo conforto térmico, o que leva a um processo de debilidade socioeconômica, aceleração das migrações e despovoamento, o que torna um ciclo vicioso difícil de reverter. É uma realidade presente nos municípios do Baixo Alentejo, onde as limitações físicas (clima e solo) condicionam a economia, mas também o modo de vida e a vontade das pessoas em permanecer nas comunidades, frente a capacidade de

lidar com situações extremas com relação ao ambiente, e cabe incluir também o envelhecimento e a densidade populacional cada vez menor dos concelhos (municípios) portugueses (CORTEGANO *et al.*, 2021).

Tal dinâmica populacional nos espaços rurais do Brasil caminha nesse sentido; todavia, o processo de ocupação territorial e a característica produtiva do Sudoeste Baiano ainda permitem uma identidade cultural rural dos municípios que fazem parte, visto que, por exemplo, 20 municípios dos 27 que compõem o TSB possuem populações rurais superiores às urbanas. Essa é apenas uma variável no contexto de que as sociabilidades perpassam as ruralidades e mesmo as urbanas possuem “raízes” no rural. Nos municípios do TSB, região de clima semiárido, um elemento primordial é a tentativa de um esforço no planejamento e execução de políticas públicas que tenham como alvo a redução dos problemas ocasionados pela seca, ora com medidas efetivas e / ou com atuações emergenciais alicerçadas no discurso da seca, mas até os dias atuais os trabalhadores do campo se deparam com essas necessidades e urgências de políticas públicas voltadas para o acesso a água.

O tema das políticas públicas e da atuação do Estado adentra na discussão, também como forma de compreender a realidade geoambiental para traçar análises das dicotomias existentes dentro das condições do acesso à água entre os semiáridos do Território Sudoeste Baiano e do Baixo Alentejo. Este último altamente dependente da Política Agrícola Comum (PAC) como subsídios para a produção agropecuária em seus diferentes níveis de especialização, seja na forma de regadio (irrigação) ou sequeiro.

O uso da água pela agricultura em regiões semiáridas torna necessária uma adequação dos meios para que o uso hídrico seja possível e com culturas adequadas ao ambiente que estão inseridas. Todavia, segundo Dias (2023), a preocupante diminuição da precipitação e o aumento das áreas de regadio, por exemplo, tem colocado em risco todo o controle da quantidade de água disponível, pois a demanda está numa corrente maior que a quantidade depositada; daí a necessidade de um modelo de reabilitação dos ecossistemas nas zonas semiáridas do sudeste de Portugal, o que se aplica perfeitamente ao caso brasileiro.

A mercantilização do setor da água em Portugal não é uma tendência recente, principalmente no que diz respeito à cobrança pelo fornecimento de água. Contudo, a componente relativa à participação privada tem ganho uma relevância substancial com a atual discussão de um objetivo geral de privatização do setor da água (e do saneamento) em Portugal (BORGES *et al.*, 2015).

Nos últimos anos tem-se assistido a um acelerar do processo de mercantilização do setor da água em Portugal, quer através de legislação que alegadamente permite agilizar a entrada de

atores privados no setor da água desde 2009, através das recomendações da Entidade Reguladora dos Serviços de Água e Resíduos (ERSAR) que, de acordo com os princípios europeus e nacionais, tem vindo a supervisionar a adoção de tarifários que permitam a recuperação de custos, conferindo uma lógica de mercado a toda e qualquer entidade gestora de abastecimento de água, seja ela pública ou privada (BORGES *et al.*, 2015).

Numa agricultura de regadio intensiva como é o foco aqui, os problemas ambientais colocam-se tanto a nível da utilização dos recursos a uma taxa superior à que os mesmos são repostos no ecossistema, como ao nível da alteração da qualidade dos fluxos de retorno dos mesmos. Em Portugal, com um clima dominante marcadamente mediterrânico a sul, a obtenção de elevadas produções em culturas de Primavera/Verão não seria possível sem recorrer à prática da rega, sobretudo devido à existência de uma estação seca que se estende durante o verão, acentuando carências que já se sentem em grande parte da primavera e do outono. Nesse sentido, os reservatórios têm emitido alertas sobre a quantidade de água destinada às áreas de irrigação. (Figura 01)

Figura 01: Matéria jornalística sobre o reservatório do Alqueva, 2023

azul.

ÁGUA

Não há água para tudo no Alqueva: consumo para regadio está no limite

A escassez de água aliada aos projectos que aumentam a procura no Alentejo, Algarve e Espanha realçam a primeira consequência: o plano de expansão do regadio sofreu uma redução.

Carlos Dias

9 de Abril de 2023, 20:33



Fonte: Dias, 2023.



O Alqueva é o principal reservatório da região do Alentejo e ocorre uma certa dependência da água represada para a progressão dos sistemas de rega no país. Segundo a matéria jornalística publicada em abril de 2023 no jornal Público, as “restrições ambientais” e a subida dos custos de construção de equipamentos travaram o crescimento do regadio na região do Alqueva, e as mesmas razões empurraram também o projeto no calendário: com data prevista para 2023, as obras foram adiadas para 2025.

O crescimento do regadio frente a essa preocupação da questão hídrica vem comprovar que a gestão dos recursos hídricos no sul de Portugal está a pôr um problema de difícil superação: não há água para tudo. As solicitações, sobretudo na agricultura irrigada, sucedem-se à medida que as alterações climáticas intensificam os episódios de seca, com as temperaturas altas e a precipitação atmosférica de forma irregular e em muito menor quantidade.

Outra situação, segundo a Empresa de Desenvolvimento de Infra-estruturas do Alqueva, refere-se ao aumento da área para expansão dos perímetros de rega e a entrada de novos olivais e amendoais, fortes consumidores, havendo desfasamento entre os períodos de precipitação e da fase das culturas mencionadas; estas são condições referenciadas pela entidade para explicar os elevados consumos de água do Alqueva. Na figura 02 pode-se observar um plantio de olival em Beja, no Baixo Alentejo, no início do seu processo produtivo.

Figura 02: Vista de um olival no município de Beja, 2023



Fonte: Trabalho de campo, 2023.



No Relatório da Empresa de Desenvolvimento de Infraestruturas do Alqueva (EDIA), em 2022, são apontadas variáveis que realçam o acentuado aumento dos usos de recursos hídricos em tempo de escassez, em que as transferências de água em 2022 para os perímetros de rega sofreram um aumento de 230% de água em relação a 2021.

As questões apresentadas corroboram a necessidade de uma análise paralela a diferentes realidades, mas em que as políticas públicas de água em áreas semiáridas devem ser consideradas, pois o saneamento vai além do abastecimento de água, por existir uma disputa entre o espaço a ser ocupado pelo poder público e o poder privado, no que tange à prestação dos mais variados serviços, tanto para a agricultura, como para o uso doméstico.

No Nordeste brasileiro e, de modo particular, no semiárido baiano, a condição climática existente nesta região propicia, entre outras consequências, uma iníqua apropriação de recursos, principalmente hídricos, em épocas de seca. Historicamente, o Estado brasileiro investiu na construção de grandes obras hídricas como forma de “solucionar” ou amenizar o problema da falta de água na região; no entanto, a distribuição dessas infraestruturas, em benefícios particulares e/ou político-partidários, não permitiu o acesso da população residente no semiárido e a democratização do uso da água (ARAÚJO, 2000).

É fato que, nos últimos anos, políticas públicas destinadas a essa realidade têm sido uma alternativa de articulação e mobilização social com papel fundamental no contexto de inserção das tecnologias de captação de água da chuva, o que gerou novas perspectivas do acesso à água, de forma mais igualitária.

A década de 2010, no Brasil, foi um período de relevantes mudanças no cenário político-social que atingiu o país em todas as escalas, sobretudo nas tramitações voltadas para as políticas públicas. Dito isso, a questão da água no semiárido baiano é emergente, e como se tem observado é urgente num contexto global, visto que ainda existem problemas estruturais para o seu pleno acesso.

Sobre o Território Sudoeste Baiano, no que se refere ao acesso à água, esse tem sido, ainda, o desafio das ações públicas realizadas no Nordeste, devido à condição da pluviosidade ser desfavorável. Ao tratar de políticas públicas que visam universalizar o acesso à água, no século XXI, sabe-se que as políticas de água por meio do Programa Água para Todos assumiu importante papel nesse contexto, pois trata-se de uma ação concreta que beneficia populações do campo, por meio da captação da água da chuva.

Vale destacar, como diferencial da política, o alto grau de popularização, pois anteriormente as ações implementadas no século passado que foram introduzidas no espaço rural privilegiavam, na maioria das vezes, grupos específicos.

Constata-se que as políticas públicas voltadas para o desenvolvimento rural no semiárido baiano possuem um caráter diferenciado quando se trata de solucionar ou amenizar os problemas, sejam eles sociais, econômicos e das relações da sociedade-natureza. Por isso, é indispensável a reflexão sobre políticas e programas voltados para pequenos produtores rurais, especialmente no semiárido nordestino, onde se encontra a maior carência de projetos, com a finalidade de solucionar problemas relacionados ao homem (ALCANTARA & COSTA, 2010).

Cabe reafirmar que o acesso à água é um direito básico a toda população, e no semiárido nordestino, programas de diferentes esferas, por meio de organizações da sociedade, têm conseguido chegar aos municípios e tornar essa convivência com a seca menos complicada, sendo a água o elemento central nessa questão. Todavia, ainda há desafios que precisam ser alcançados para a agricultura familiar no que tange a água para produção em áreas semiáridas.

EXPERIÊNCIAS DO BAIXO ALENTEJO EM TEMPOS DE CRISE CLIMÁTICA

Neste tópico, apresentam-se algumas análises sobre o Baixo Alentejo e as estratégias utilizadas para produção, sobretudo em Mértola, concelho histórico e importante na região. Foi realizada uma atividade de campo em junho de 2023 que designamos por visita técnica, não somente para efeito de comparação com o semiárido do sudoeste da Bahia, mas também para perceber outros modos de vida e do que chamamos aqui de convivência com o semiárido, dentre outras práticas.

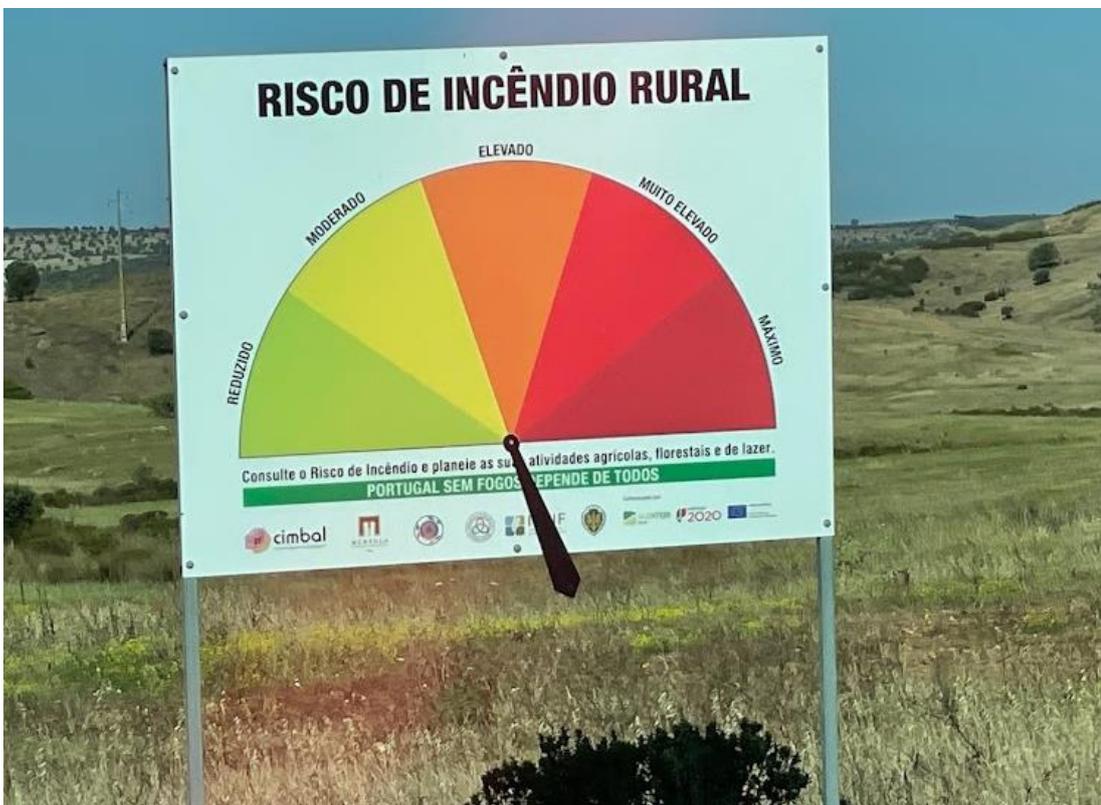
Cabe ressaltar que o Baixo Alentejo é uma das regiões que apresenta dificuldades em Portugal. Seu maior potencial econômico está na agricultura de regadio mas, em paralelo, sobressai outra característica que é a questão do despovoamento em municípios pequenos. Há uma baixa densidade populacional e o espaço rural é organizado por aldeias (pequenas vilas rurais), com uma certa infraestrutura para os residentes. Por meio das observações, verifica-se o povoamento concentrado, não havendo presença de residências espaçadas, como ocorre em grande parte dos espaços rurais brasileiros.

Nesses lugares, vivem em sua maioria pessoas idosas, comprovado pelas taxas elevadas de envelhecimento – como é o caso de Mértola, que possui 36% da sua população acima de 65 anos –, o que contribui para que Portugal se apresente como um dos países mais envelhecidos do mundo (INE, 2021). Segundo a vice-presidente da Câmara Municipal de Mértola (CMM), “estamos a ter a vinda de pessoa para o Concelho, mas estão a morrer mais do que os que nascem e os que chegam não conseguem subir esse saldo natural negativo, e também ao olhar para a estrutura etária temos um déficit que vai acontecer durante muito tempo, pois temos um índice de envelhecimento de 418, isto é, que para cada 100 pessoas dos 0 aos 14 anos nós temos

418 idosos, é difícil de recuperar o saldo natural.” (Entrevista com a vice-presidente da CMM, 2023)⁴.

O processo de desertificação e os riscos de incêndios florestais / rurais é algo que tem apresentado preocupação. Por um lado, existem fogos como processos naturais, mas que não causam danos irreversíveis e há possibilidade de regeneração. Por outro lado, as altas temperaturas no verão colocam os atores em alerta para os incêndios rurais (Figura 03) que aceleram o processo de perda de material do solo e da vegetação, além da poluição atmosférica.

Figura 03 – Placa informativa do risco de incêndio rural, Freguesia Alcaria Ruiva, Mértola, 2023



Fonte: Trabalho de campo, 2023.

É uma região em que as temperaturas no final da primavera começam frequentemente a alcançar valores superiores a 35°C; com o uso da terra em sua maioria para pastagens para a criação de gado extensiva, isso aumenta a probabilidade de focos de fogo no verão pelo capim seco. “Aqui o dominante é a agricultura extensiva e de sequeiro, portanto, essencialmente gado bovino, ovinos e porcos, uns e outros em regimes extensivos e controlados e, depois, o

⁴ Entrevista realizada em 14 de junho de 2023 com a vice-presidente da Câmara Municipal de Mértola.



abastecimento dos animais é feito com captações próprias dos agricultores, seja de forma superficial ou furos (poços)”. (Entrevista com a vice-presidente da CMM, 2023)

Segundo a vice-presidente da CMM, o tema da água é central, pois o município e o Baixo Alentejo como um todo são territórios com muita escassez hídrica, essencialmente pelas médias de pluviosidade baixas (devido a longos períodos secos). As características edafoclimáticas também potenciam este cenário de escassez hídrica, porque os solos são pouco porosos e, portanto, dificultam a retenção de água e recarga dos aquíferos.

A água para consumo humano tem origem, sobretudo, da barragem do Alqueva, mas também de captações próprias, com cobertura de 99% de acesso nas residências. Não há em Mértola captação da água do Rio Guadiana; o rio passa por Mértola, mas não tem nenhuma captação de água pública, devido aos regulamentos da Seção Portuguesa do Meio Ambiente que não permitem tal, pois com a barragem de Alqueva a montante (retendo água) é necessário assegurar o caudal ecológico do rio.

Sobre a atuação do Estado, o principal investimento realizado no território do Baixo Alentejo para apoiar o acesso à água foi a barragem de Alqueva e com isso abriu-se um conjunto de possibilidades, sobretudo para o perímetro de rega que até então não existia. Há por parte do Estado um conjunto de políticas de apoio à agricultura que subsidiam a prática agrícola, em função quer do número de cabeças de gado, quer também das áreas de terra e de sua produção agrícola.

Sobre esse apoio, a vice-presidente da CMM (2023) coloca um certo nível de controvérsia:

“Estamos num território em desertificação. Aquilo que é subsidiado é a prática agrícola, portanto não é o terreno só em si; tem que haver uma prática agrícola inerente. Portanto, a produção de pastagem que é necessária para o gado e a condição de que há uma prática agrícola em curso (...) significa que tem que haver movimentação de terras, plantação de pastagens, cortes de matos e aquilo que nós defendemos, e também os agricultores locais defendem, é que o apoio não seja tão intrusivo na tipologia de práticas naquilo que o agricultor pode promover, sobretudo que não exija que tenha que haver sucessivas desmatações, porque isso acelera o processo de desertificação; por outro lado, esses cortes de áreas com alguma cobertura vegetativa afetam a apicultura e a caça”.

Sobre este último aspecto, também nos foi salientado que Mértola é um território de caça e, se não houver alguma vegetação relevante, significa não haver refúgio para as espécies cinegéticas, ou seja, locais onde os animais possam esconder-se e abrigar seus ninhos ou tocas. Diante disso tem se experimentados práticas agrícolas regenerativas (Figura 04) e, após resultados significativos e indicadores passa-se a, mesmo que de forma tímida, chegar junto do Estado e tentar medidas públicas de apoio à agricultura mais ajustadas a realidade do território

é também mais promotora dessa resiliência regenerativa. Não obstante, algumas dificuldades prendem-se com o fato de que “a política agrícola é centralizada e com mais outro condicionante – ela não é só do Estado Central; daqui ela já é da União Europeia” (entrevista com a vice-presidente da CMM, 2023).

Figura 04: Agricultura regenerativa no Centro de Agroecologia de Mértola, 2023



Fonte: Trabalho de campo, 2023

O Centro de Agroecologia de Mértola tem feito experimentações por meio de uma agricultura regenerativa, envolvendo valorização da microbiologia do solo, permitindo que diferentes vegetais sejam cultivados num mesmo espaço. Na fotografia (Figura 04) são observados: marmeleiro, videira, pêsego, girassóis, abóbora, nespereiras, feijão, etc. Então toda essa microbiologia do solo está em reestruturação e a água que é de evapotranspiração acaba por ficar retida – em parte significativa – em seu ambiente.

Outra estratégia que tem dado lugar a intervenções importantes nos terrenos é a chamada *Mob Grazing* – técnica de pastoreio de alta densidade, semelhante ao pastoreio rotativo em piquete, e leva-se em conta os processos básicos do ecossistema, a água, o ciclo mineral, de carbono e de energia: “esses sistemas de pastoreio melhoram a saúde do pasto e aumentam a produtividade do rebanho, uma vez que os animais conseguem pastar nas áreas de maneira

uniforme ao longo do ano; o gado fica menos estressado, o que leva ao aumento da produção de carne bovina”. (Entrevista, 2023⁵)

Face a todo esse cenário de baixa demografia, alterações climáticas, risco de desertificação, a vice-presidente da CMM afirma que começou a trabalhar Mértola como laboratório para o futuro.

“Então começamos a fazer (...), o que nós enquanto território podemos fazer para dar respostas a esses desafios que são enormes, e não nos deixarmos intimidar pelos desafios. Temos o Centro de Agroecologia, a horta do Combral, que é uma instituição social, que produz e está a abastecer uma escola primária, e o que estamos a fazer é introduzir esses alimentos locais nos espaços de restauração [restaurantes] para que passem a utilizar produtos produzidos localmente”. (Entrevista com a vice-presidente da CMM, 2023)

Portanto, ficou claro que o território precisa ser levado em conta, isto é, ouvir o município, as entidades locais, as organizações dos agricultores, as organizações e os gestores cinegéticos, e olhar para aquilo que é necessário para o desenvolvimento local e não ficar em dependência somente das políticas decididas em Lisboa ou em Bruxelas, sedes das grandes decisões relevantes para Portugal. Ressalta-se também que na região não há um potencial industrial, mas sim alguma vocação turística e recursos fluviais, além de ser cultural e politicamente marcante no país, com uma população relativamente organizada e reivindicativa.

Para além dos referidos, outros atores têm discutido a importância da água na agricultura, como é o caso da Associação para o Desenvolvimento Econômico e Social (SEDES) que tem realizado conferências a respeito do tema. A primeira foi realizada na cidade de Évora, capital da região do Alentejo, no dia 22 de junho de 2023. Este evento abriu um ciclo de conferências para debater “Uma estratégia nacional para a gestão da água em tempos de escassez” e contou com a presença da Ministra da Agricultura e da Alimentação e do presidente da instituição, entre outras figuras proeminentes. A SEDES é uma associação que desde há muito propõe meios de democratização política, de liberalização dos mecanismos de informação e de associação, permitindo que as diversas forças sociais formulem e construam soluções para um desenvolvimento político consistente e mais justo.

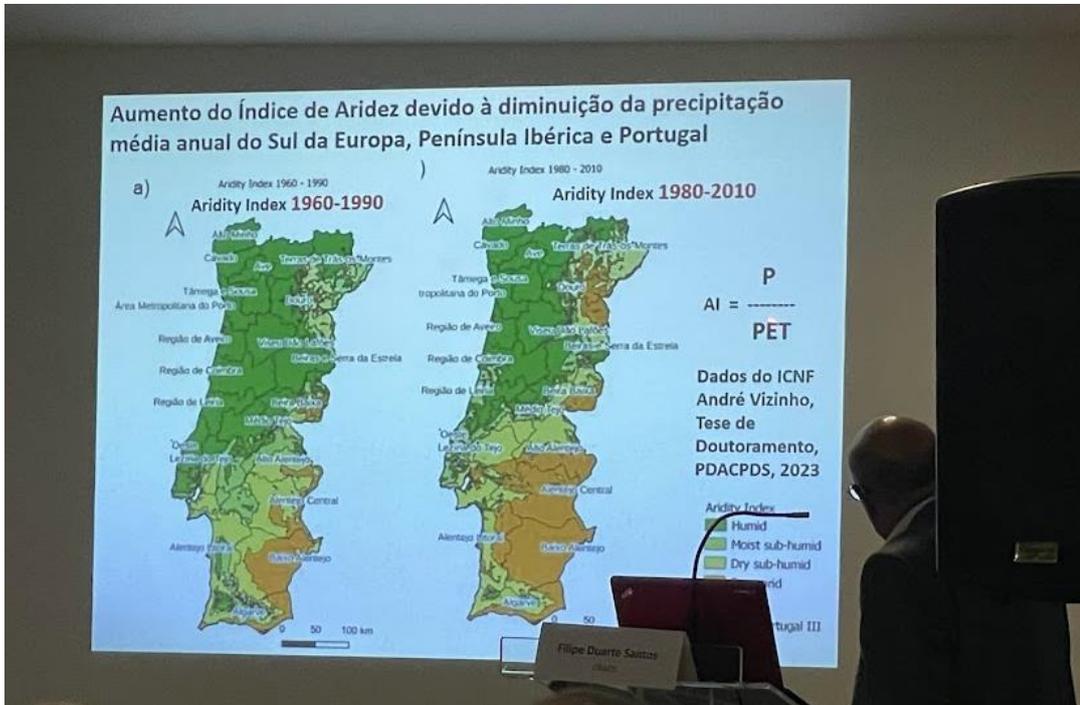
A conferência foi estruturada em duas mesas-redondas: “Gestão da água e alterações climáticas” e “Gestão da água e agricultura”. No contexto de sul da Europa, foram apresentados dados em que Portugal tem sentido com mais severidade o impacto das alterações climáticas. O ano de 2022 foi o mais quente das últimas nove décadas e, em 2023, ainda na primavera, 40% do território nacional esteve em situação de seca severa e extrema. As previsões não se

⁵ Entrevista realizada no dia 14 de junho de 2023 com um morador local que utiliza o sistema *Mob Grazing*.



mostraram animadoras e os indicadores apontavam para o agravamento da situação. Na figura 05 pode ser observada uma das exposições.

Figura 05: Painel sobre a precipitação e índice de aridez em Portugal, 2023



Fonte: Santos, 2023

Diante de todas as questões postas por vários participantes, os representantes da Universidade de Évora, das Associações de Regadios, da SEDES e do Estado procuraram responder a algumas questões objetivadas durante o evento: que desafios estão sendo enfrentados? Que políticas devem ser implementadas para mitigar o impacto das alterações climáticas e da seca, em particular no setor agrícola? Qual o futuro da nossa agricultura?

Mesmo em um ambiente de conflito onde interesses econômicos da agricultura sobrepuseram os demais, foi um momento de grande importância para averiguar as possibilidades de aumentos de reservatórios de água e ou construção de novos, de um maior vazão do Reservatório de Alqueva direcionado para os perímetros de regadios (irrigação) e como o poder público tem atuado para beneficiar amplos interesses decorrentes da insuficiência e riscos da falta de água para a agricultura.

O fato é que todos reconheceram a “ciência da água” como elemento primordial para a manutenção da agricultura portuguesa e da economia de modo geral, por afetar outros ramos como o de turismo, importante vetor de desenvolvimento do país. Foi extremamente relevante constatar o diálogo entre os pares interessados, em um território de conflitos, mas também

perceber o sentido de uma considerável organização da sociedade civil e de setores privados frente a discussão das políticas de água para o país.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objeto de pesquisa sobre água mantém-se proeminente, tanto na ciência quanto na efetividade das políticas públicas, sobretudo no atual contexto das mudanças climáticas, visto que se encontram distantes – frente à ótica da exploração massiva dos recursos naturais – soluções para os problemas estruturais da temática mencionada com relação ao seu acesso pela totalidade da população e da forma desigual da sua distribuição. Ressalta aqui, que não é apenas o elemento do fator climático, mas as tramas que envolvem o controle político dos recursos hídricos, processo visível (conforme estudado, mas a merecer mais pesquisa), no Brasil e em Portugal.

Na discussão sobre a água e a agricultura familiar, com as suas condicionalidades, encontra-se em ambos casos uma considerável atuação do Estado, na definição e aplicação das políticas e / ou dos programas direcionados aos agricultores, seja na forma de subsídios ou seguros para produção. No entanto, tem sido apontado pelos estudos maior ocorrência dos episódios de seca e menor disponibilidade de água para a atividade agrícola, o que tem requerido maior atenção a esse quesito, mesmo onde é realizada a agricultura de sequeiro e tendo em conta que a dificuldade por água se estende, também, ao abastecimento público.

Neste contexto, as condições de organização e participação da sociedade foi algo que chamou a atenção. Os comitês, Grupos de Trabalho e redes de investigadores, em particular, possuem uma dialogicidade e um poder reivindicativo interessante, em que a própria universidade tem proposto temas de urgência com debates ricos e, sobretudo, com atenção do Estado para as demandas investigadas e assim planejar ações e políticas públicas.

Ao estudar uma região com características geoambientais próximas ao Território Sudoeste Baiano, é possível destacar algumas cambiantes com relação às políticas hídricas; com efeito, o contexto do semiárido brasileiro possui uma maior intensidade de investimentos públicos, especialmente pela sua dimensão, importância e densidade populacional, mas ainda está distante a contenção da questão urgente que é o acesso à água para produção e consumo. No contexto baixo-alentejano não há essa expressividade, pois o que se salienta é um esvaziamento populacional, numa região cujo peso populacional não sobressai em Portugal, o que não a faz ser uma das prioridades de políticas mais efetivas junto aos territórios.

A questão da água é realmente um problema / desafio (também) nesta região do sul de Portugal, frente a demanda existente nos perímetros de rega. O reservatório de Alqueva tem

conseguido abastecer diferentes setores, mas com o aumento do uso tem demonstrado limites com relação a sua capacidade de lotação, pois a água que entra pelos canais a montante não consegue corresponder adequadamente à demandada. Com as mudanças climáticas, esta tem sido uma preocupação levada em consideração, principalmente pelas associações de regadios, investigadores e Estado para buscar consensos junto aos atores dos processos de desenvolvimento dos espaços rurais produtivos.

REFERÊNCIAS

ALCANTARA, F. V.; COSTA, J. A. “As políticas de Desenvolvimento Regional”: Um olhar sobre o projeto comunitário do rio Gavião no Sudoeste da Bahia. In: ALCANTARA, F. V.; COSTA, J. E. **Desenvolvimento territorial, agricultura e sustentabilidade no Nordeste**. Editora UFS. São Cristóvão, 2010. p. 179-201.

ARAÚJO, T. B. **Ensaio sobre o desenvolvimento brasileiro: heranças e urgências**. Rio de Janeiro. Editora Revan, 2000. 392p.

BORGES, Marisa *et al.* **O acesso à água em Portugal em tempo de crise: o setor da água em Portugal “em baixa”**. Centro de Estudos Sociais. Universidade de Coimbra. Coimbra, 2015.

BAHIA. Info Territórios da Bahia. SEI, 2021.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. Censo demográfico. Brasília, 2022.

[CASIMIRO, Pedro João Cruz Cortesão. Concelho de Mértola: Geo-biografia das mudanças do uso do solo.](#) 1993. 228 f. Dissertação. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, 1993.

CORTEGANO, Marta; *et al.* ‘**Mértola, a lab for the future**’ as a transformational plan for the mediterranean semiarid region: A learning case based on landsenses ecology, International Journal of Sustainable Development & World Ecology, DOI: 10.1080/13504509.2021.1920059

DIAS, Carlos. **Não há água para tudo no Alqueva: consumo para regadio está no limite**. Público. 2023. <https://www.publico.pt/2023/04/09/azul/noticia/nao-ha-agua-alqueva-consumo-regadio-limite-2045439>

PORTUGAL. Instituto Nacional de Estatística - INE. Censo demográfico. Lisboa, 2021.

Rodrigo, Isabel Gomes. **As secas: contextos, atitudes e comportamentos**. Baixo Alentejo Interior (1932-1995). Lisboa. IsaPress, 2009.

SANTOS, Mateus Costa. **O Antigo Debate e as Novas Abordagens das Políticas Públicas de Acesso à Água no Espaço Rural: um estudo do município de Aracatu – BA**. 2020. 135 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Vitória da Conquista, 2020.